

A AGRICULTURA URBANA COMO ALTERNATIVA NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA OS AGRICULTORES LOCALIZADOS NAS HORTAS COMUNITÁRIAS NO ENTORNO DO CEASA/PE

URBAN AGRICULTURE AS AN ALTERNATIVE IN PROMOTING FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY FOR FARMERS LOCATED IN COMMUNITY HOMEGARDENS AROUND CEASA/PE

CRISTIANE CRUZ BARROS

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Mestra em Administração Rural e Comunicação Rural. E-mail: cristianecruzbarros@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4958-9533>

LUCIANO PIRES DE ANDRADE

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Garanhuns, PE, Brasil

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-5818-711X>

HORASA MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. E-mail: horasa.silva@ufrpe.br
<https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

Submissão: 03-10-2024 - Aceite: 12-09-2025

RESUMO: A agricultura urbana (AU) tem ganhado destaque no cenário nacional e internacional por ser um fenômeno permanente nos processos de desenvolvimento sustentável das sociedades e das pessoas. Essa atividade social é essencial para a autossuficiência alimentar das cidades, atuando de forma estratégica para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e promover hábitos alimentares saudáveis. O objetivo desta pesquisa é avaliar o impacto da AU sobre a SAN e o comportamento alimentar de famílias participantes do Projeto Integrado das Hortas Comunitárias, localizado nas proximidades do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA/PE). A metodologia empregada consistiu em um estudo de caso que utilizou tanto dados secundários quanto primários, sendo estes últimos obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. A coleta de dados aconteceu por meio de formulários e entrevistas, e a pesquisa de campo realizada nas oito alças possibilitou entender as hortas como espaços que promovem a saúde e fortalecem práticas alimentares saudáveis. A investigação evidenciou que a agricultura urbana (AU) dessas hortas conta com assistência técnica, o que tem favorecido seu desenvolvimento e diversificação, garantindo



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

que os(as) agricultores(as) não estejam em situação de insegurança alimentar. Enfim, os resultados confirmam que a agricultura urbana é uma contribuição importante para o desafio da alimentação, promovendo a segurança alimentar e nutricional e funcionando também como fonte de renda para comunidades em situação de vulnerabilidade. **PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura urbana. Assistência técnica. Segurança alimentar.

ABSTRACT: Urban agriculture (UA) has gained prominence at both national and international levels as a permanent phenomenon within the processes of sustainable development of societies and individuals. This social practice is essential for the food self-sufficiency of cities, playing a strategic role in ensuring Food and Nutrition Security (FNS) and promoting healthy eating habits. The aim of this study is to assess the impact of UA on FNS and on the eating behavior of families participating in the Integrated Community Gardens Project, located near the Pernambuco Supply and Logistics Center (CEASA/PE). The methodology employed consisted of a case study that drew upon both secondary and primary data, the latter obtained through semi-structured interviews. Data collection was carried out through questionnaires and interviews, and the fieldwork conducted across the eight sites made it possible to understand the gardens as spaces that promote health and strengthen healthy eating practices. The investigation revealed that the UA initiatives in these gardens benefit from technical assistance, which has fostered their development and diversification, ensuring that the farmers are not in a situation of food insecurity. Finally, the results confirm that urban agriculture is an important contribution to addressing the food challenge, promoting food and nutrition security, and also serving as a source of income for vulnerable communities. **Keywords:** Urban agriculture. Technical assistance. Food security.

Introdução

Com a Revolução Verde no século XX, ocorreu uma significativa migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos em busca de emprego. A implementação de um novo modelo econômico na agropecuária impactou diretamente os agricultores familiares (VANDERLINDE, 2005). Esse processo migratório acelerou a urbanização e, consequentemente, a metropolização, resultando em diversas consequências, como fome, favelização, alta densidade populacional, elevação das taxas de mortalidade e desemprego.

No Brasil, a urbanização tornou-se evidente a partir do século XX, impulsionada por mudanças econômicas, sociais e políticas. Segundo Coutinho (2006), desde a década de 1920, o país já passava por uma transição social e econômica rumo a um novo padrão de industrialização e urbanização, abandonando um modelo agrário para adotar um arranjo moderno, industrial e capitalista.

De acordo com Melo (1978), o fenômeno da concentração demográfica e econômica, amplamente observado nas Regiões Metropolitanas (RM), marcou a segunda metade do século XX tanto no Brasil quanto no mundo. Nesse período, a urbanização destacou-se como um fenômeno em expansão, gerando mudanças estruturais na demografia da sociedade brasileira.

O rápido processo de urbanização nos centros urbanos brasileiros foi impulsionado por migrações internas, em conjunto com a expansão econômica, os ciclos de industrialização e o aumento das relações comerciais entre as diferentes regiões do país (BRITO, 2006). Esse

contexto é fundamental para entender a relação entre a crescente urbanização e o projeto político modernizador, que buscava viabilidade.

Entre 1960 e 1980, observou-se um crescimento populacional significativo nas principais capitais brasileiras, resultado da concentração econômica, especialmente devido à industrialização, que favoreceu o fluxo migratório do campo para as cidades. Estima-se que aproximadamente 43 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais em direção aos centros urbanos, o que contribuiu para o aumento das desigualdades regionais e sociais (BRITO, 2006).

Durante o mesmo período, entre 1960 e 1980, o espaço rural brasileiro também passou por transformações significativas, com um intenso processo de modernização da agricultura. Isso incluiu a adoção de um novo padrão de acumulação capitalista, com a introdução de novos maquinários, insumos químicos e tecnologias, que alteraram tanto a atividade agropecuária quanto as relações sociais de produção. O setor agroindustrial se fortaleceu, especialmente na produção de máquinas (como tratores e equipamentos) e insumos (sementes melhoradas, fertilizantes químicos e agrotóxicos), promovendo uma “industrialização da agricultura” e intensificando a prática da monocultura pela elite agrária que tem sido um tema de discussão recorrente (TEIXEIRA, 2005).

Na região Nordeste, a urbanização apresentou características específicas. Gaspar (1970) destaca, com base no Censo de 1960, que a migração na região Nordeste ocorreu em um movimento duplo: enquanto as principais capitais (Fortaleza, Recife e Salvador) experimentaram crescimento populacional, houve um encolhimento demográfico nos Estados nordestinos em geral. As migrações internas no Nordeste foram impulsionadas por ciclos e condições econômicas, com as principais causas do êxodo rural sendo o ciclo do gado, a má distribuição e concentração de terras (latifúndios), as grandes secas (irregularidades nas chuvas) e a redução da produtividade agrícola das famílias rurais, resultando em uma diminuição da renda.

A Região Metropolitana do Recife (RMR) foi criada em junho de 1973, por meio da Lei Complementar Federal nº 14. Ela constitui uma “unidade organizacional geoeconômica, social e cultural”, formada pela integração de vários municípios de Pernambuco. Inicialmente, a RMR era composta por nove municípios: Recife, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata (BRASIL, 1973). Ao longo das quatro décadas seguintes, o número de municípios aumentou, totalizando, atualmente, 15, com a inclusão de Abreu e Lima, Camaragibe, Araçoiaba, Ipojuca, Itapissuma e Goiana (LEGIS, 2018).

A urbanização desordenada na Região Metropolitana do Recife (RMR) provocou diversos impactos, resultando em problemas sociais e ambientais ao longo do tempo. Entre os principais desafios, estão a alteração da relação entre sociedade e meio ambiente, o surgimento de áreas de pobreza e favelas devido à ineficiência das políticas de habitação e regularização fundiária, o crescimento populacional descontrolado, as dinâmicas do mercado que moldam as relações sociais e de lazer, a precarização social, os congestionamentos, além de enchentes e desastres ambientais durante o período chuvoso (SANTOS, 2013).

Nesse cenário, vários estudos destacam a agricultura urbana (AU) como uma alternativa econômica de sobrevivência para muitos agricultores (FERREIRA, 2009). A AU surge como resposta às necessidades da população por alimentos, melhorando a qualidade e a oferta de produtos para consumo próprio, fornecendo alimentos frescos, diversificando os cultivos,

gerando recursos, promovendo a reutilização de embalagens e utilização de resíduos domésticos na compostagem para adubação. Além disso, a UA implementa várias funções, especialmente socioeconômicas, para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para comunidades vulneráveis, enriquecendo as suas dietas. A melhoria da SAN por meio da agricultura urbana ocorre tanto pelo autoconsumo quanto pelo aumento da renda gerada pela venda do excedente.

Segundo Teixeira (2011, p. 67), a agricultura urbana contribui para a segurança alimentar ao atuar no combate à pobreza e à exclusão social. Por ser um processo colaborativo entre a sociedade civil e o governo, destaca-se, especialmente, por complementar a renda das famílias envolvidas com culturas urbanas e por fornecer alimentos básicos às famílias sem recursos para comprá-los no mercado (TEIXEIRA, 2011, p. 2).

De acordo com estudos de Machado (2018) e Teixeira (2011), as hortas urbanas beneficiam especialmente as classes menos favorecidas, como aposentadas, donas de casa e desempregadas. Assim, uma agricultura familiar funciona como um instrumento de política agrícola, promovendo o abastecimento e o equilíbrio de preços para todos os envolvidos.

No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) implementou ações para garantir a segurança alimentar e nutricional da população de baixa renda por meio da política nacional de agricultura urbana, promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e seus benefícios. Essa política de incentivo foi realizada por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), do programa “Fome Zero” (PFZ) e dos empréstimos oferecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi criado em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), representando um marco institucional nas políticas de alimentação e nutrição, ao estabelecer a alimentação adequada como direito de todos e prioridade política do governo. Em 2010, com a Emenda Constitucional nº 64, a alimentação foi incluída entre os direitos sociais garantidos pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988, consolidando-a como direito básico. No mesmo ano, o Decreto nº 7.272 regulamentou a Lei Federal nº 11.346 e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), definindo quatro pilares fundamentais: os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as Câmaras de Gestão Intersetorial (CAISAN), as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN) e os Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), replicando como esferas federais, estaduais e municipais.

No Recife, em 2004, foi lançado o “Programa Agricultura Urbana: hortas e pomares urbanos” e, em 2007, o “Projeto de Apoio Complementar ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Recife”. Em 2005, o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), em parceria com o Programa Fome Zero, implementou um projeto para fortalecer a agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana do Recife (RMR), criando hortas em escolas, creches e associações comunitárias (FERREIRA, 2013). As áreas próximas ao CEASA/PE são usadas para a prática da agricultura urbana e são historicamente habitadas por populações oriundas do interior do Estado, incluindo moradores e trabalhadores locais. Nesse contexto, foi criado o Projeto Integrado das Hortas Comunitárias, que oferece apoio às comunidades desde a preparação até o pós-colheita.

Neste contexto, surgiu a questão que motivou esta pesquisa: qual o impacto da prática coletiva da agricultura urbana sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o comportamento alimentar das famílias envolvidas no Projeto Integrado das Hortas Comunitárias próximo ao CEASA/PE? Para responder, desenvolvemos uma metodologia de estudo de caso, utilizando dados secundários e primários, estes últimos extraídos por meio de entrevistas semiestruturadas.

Por fim, foram apresentadas as principais conclusões pertinentes, com o objetivo de responder à questão que guiou a pesquisa.

Breve histórico da área de estudo

A cidade do Recife teve suas origens como uma colônia de pescadores e, ao longo do tempo, assumiu uma função portuária que se manteve até o século XX, especialmente no bairro do Recife, conforme aponta Andrade (1979). Com a construção do porto de Suape, parte das funções portuárias foi transferida para lá, fazendo com que o bairro do Recife se tornasse, principalmente, um polo de serviços.

Ao longo de sua evolução, o Recife ampliou sua extensão territorial e sua relevância, especialmente após a tomada de Pernambuco pelos holandeses no século XVII. Motivada pelas condições econômicas globais do século XIX, a população rural de Pernambuco, assim como em outras regiões do país, buscou migrar para as cidades mais expressivas, ou seja, as capitais estaduais. Segundo Costa (1982), nesse período, a população do Recife cresceu, e a cidade começou a desenvolver uma pequena indústria de consumo.

No século XX, ele já era a terceira maior cidade do Brasil em termos populacionais, e, até meados da década de 1970, seu crescimento urbano iniciou sua expansão em direção aos municípios que, posteriormente, passaram para sua Região Metropolitana.

Andrade (1976) observa que a capital pernambucana, como metrópole, enfrenta uma variedade de problemas, pois influencia não apenas uma aglomeração urbana local, mas também outras cidades em Pernambuco e em Estados vizinhos do Nordeste. Apesar da grande influência do Recife em uma área considerável do país, os investimentos em infraestrutura concentraram-se, principalmente, nas cidades do Sudeste brasileiro. Somente com a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, começaram a ser discutidas soluções para os problemas econômicos e sociais do Recife e da região Nordeste.

Costa (1982) atribui os contrastes econômicos entre a região Centro-Sul e o Nordeste às mudanças políticas e econômicas que ocorreram a partir de 1930, refletidas nos ambientes urbanos: “Essa situação se reflete, principalmente, no contexto urbano, e no caso do Recife, a cidade apresenta problemas complexos, manifestados na estrutura social e econômica da população, além de questões que se evidenciam no espaço, devido ao crescimento desordenado de sua área urbana” (COSTA, 1982).

A configuração da mancha urbana do Recife avançou em várias direções a partir da segunda metade do século XIX, com o surgimento de ligações (caminhos) do centro em direção aos subúrbios, conforme afirma Pontual (2001). Os engenhos, por sua vez, eram construídos seguindo o traçado dos rios, e, no caso do Recife, a várzea do rio Capibaribe transformou-se em

uma área de expansão, ocupação e crescimento rumo à região oeste da cidade, com a avenida Caxangá funcionando como um desses eixos.

Na década de 1940, a Zona Oeste foi objeto do Plano de Urbanização e Desenvolvimento, marcado pela pavimentação do “acesso Oeste” (avenida Caxangá). Com o passar do tempo, as edificações preencheram os “vazios” existentes entre esses locais, dando origem a vários bairros, mudando a fisionomia da cidade e ligando fisicamente os territórios recifenses. Em 1950, a Várzea do Capibaribe representava uma área de expansão com residências de famílias de baixa, média e alta renda.

Distante cerca de 10 km do centro da cidade, a Várzea do Capibaribe, que já abrigou engenhos de açúcar, hoje possui uma configuração espacial diferente. Nesse local, estão estabelecidas instituições públicas, como a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), SUDENE, CEASA (Central de Abastecimento SA), o Colégio Militar do Recife, o 7º Comando Militar, a Justiça Federal (Fórum Ministro Artur Marinho), o Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Pernambuco, a AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco) e a Polícia Rodoviária Federal (1ª Delegacia Regional).

Segundo ASTEP/SA (1974), Andrade (1976) e Pontual (2001), a instalação da UFPE em 1946 influenciou a construção dos demais órgãos citados. No entanto, a construção do CEASA se deu nesse local da cidade também por se tratar de uma área de confluência de rodovias, o que se tornou atrativo para grupos de agricultores interessados em plantar, colher e negociar seus produtos, criando algumas especificidades que se tornaram objeto de interesse de estudo. Este local foi escolhido por sua maior extensão de área cultivada na cidade do Recife e, portanto, a mais expressiva.

A implantação do CEASA/PE em uma área de fácil acesso às rodovias e melhores condições de transporte favoreceu o fortalecimento das relações entre pessoas do meio rural e urbano, tornando-se um ponto de atração para aqueles que, mesmo de forma informal, buscavam estabelecer vínculos comerciais e produtivos com os usuários formais do CEASA/PE.

Metodologia

Caracterização da área de estudo

Recife é a capital do Estado de Pernambuco, localizada na Região Nordeste do Brasil, abrangendo uma extensão territorial de cerca de 218.435 quilômetros quadrados (IBGE, 2013). A cidade é a que possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) no Nordeste e, em 2017, era o quarto maior aglomerado urbano do Brasil, com aproximadamente quatro milhões de habitantes, atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (PNUD, 2013). O município possui o décimo terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e lidera o PIB *per capita* entre as capitais do Nordeste. É a nona cidade mais populosa do país, enquanto sua região metropolitana ocupa a sétima posição em número de habitantes, além de ser a terceira com maior densidade populacional no Brasil, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 2015). Também foi a terceira cidade da América do Sul a implementar uma rede coletora de esgoto sanitário, ficando para trás apenas de Montevidéu e Rio de Janeiro.

Recife foi a terceira cidade da América do Sul a implementar uma rede coletora de esgoto sanitário, seguindo Montevidéu e Rio de Janeiro. No entanto, atualmente, uma parte significativa de sua população vive em condições ambientais precárias, o que impacta a qualidade de vida, especialmente nas áreas mais pobres da cidade. Em 2010, 59,8% dos domicílios tinham acesso a saneamento básico adequado, representando um aumento de 10% em relação ao ano 2000 (IBGE, 2012).

De acordo com Ferreira (2013), a agricultura no Recife ocorre em áreas da cidade que não estão ocupadas por construções ou outras formas de urbanização, como parques, jardins, praças e margens de rodovias. Essas áreas ociosas são ocupadas de duas maneiras: por famílias que constroem casas, formando favelas, ou por atividades econômicas, incluindo a agricultura. Recife conta com mais de 300 agricultores urbanos, alguns dos quais trabalham em comunidade, recebendo apoio institucional, enquanto outros atuam de acordo com as demandas do mercado consumidor. Além disso, há práticas agrícolas em quintais de residências e escolas, geralmente voltadas para o autoconsumo, troca ou doação.

Nas áreas ao redor do CEASA/PE, as chamadas de “alças”, foram selecionadas como campo de estudo e concentraram diversas hortas urbanas. Atualmente, existem oito hortas localizadas às margens das rodovias federais BR-101 e BR-232, onde se encontra o Projeto Integrado das Hortas Comunitárias, que já conta com 15 anos e ocupa uma área de 80 hectares.

O incentivo ao uso das alças próximas ao CEASA/PE para a agricultura urbana surgiu após um processo de desapropriação de ocupações irregulares na área. Ao perceber que várias famílias que permaneceram nas proximidades estavam em situação de vulnerabilidade social e tinham origens rurais, surgiu a ideia de garantir renda para elas por meio da produção de alimentos. Hoje, 89 agricultores periurbanos registrados sustentam suas famílias por meio do cultivo de diversas hortaliças, comercializadas no CEASA/PE e vendidas diretamente a compradores que frequentam a região próxima à BR-101 em busca de alimentos e ração.

As principais variedades produzidas no projeto incluem macaxeira, bredo, quiabo, alface, coentro, cebolinho milho e, especialmente, capim milhã, destinado à alimentação de pássaros, representando a maior parte da receita desses produtores.

O cultivo é realizado de maneira rudimentar, mas existem oito poços artesianos que fornecem água para irrigação. A maior parte da produção é comercializada diretamente com os comerciantes que atuam no CEASA/PE, dada a proximidade dos cultivos. Apenas uma pequena parte é destinada às feiras livres das comunidades locais ou vendida nas margens das rodovias. Devido à sua localização estratégica e acessível, é comum observar a venda de parte da produção nas proximidades das plantações.

O tipo de pesquisa

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 74784723.6.0000.9547.

O estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando uma metodologia exploratória que buscou compreender a realidade empírica por meio de seus elementos subjetivos, facilitando uma maior interação entre os participantes da pesquisa e o pesquisador. A pesquisa

qualitativa caracteriza-se por seu método de análise, focado na observação das ações sociais, tanto individuais quanto coletivas, em seus processos mais sutis (MARTINS, 2004).

Os Sistemas Locais de Conhecimento foram analisados em um contexto de atividade agrícola no Recife, onde foram observados e interpretados tanto os elementos explícitos, relacionados às práticas e técnicas de cultivo, quanto os aspectos subjetivos, contextualizados na experiência de vida dos participantes da pesquisa.

Procedimentos para a Coleta de Informações

O estudo foi estruturado em três fases distintas:

Etapa 1 – Revisão Bibliográfica

A primeira etapa consistiu na realização de uma Revisão de Literatura, que proporcionou uma primeira aproximação com o tema do estudo. Conceitos importantes, como “agricultura urbana” e “segurança alimentar”, foram revisados, contribuindo para as etapas subsequentes da investigação.

Etapa 2 – Levantamento de Dados no Campo de Estudo

Nesta fase, foram organizadas as técnicas de coleta de informações no campo. O campo de estudo foi definido, e três técnicas foram empregadas: 1) pesquisa de campo exploratória; 2) observação direta intensiva; 3) entrevistas semiestruturadas.

Etapa 3 – Entrevistas Semiestruturadas

A terceira técnica de pesquisa consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com os agricultores. Essa abordagem, segundo Minayo (2016), “combina perguntas fechadas e abertas, permitindo que o entrevistado fale sobre o tema em questão sem se restringir às perguntas formuladas”.

Esse procedimento possibilita ao pesquisador refletir e construir informações relevantes sobre seu objeto de estudo, uma vez que fornece dados baseados em “história oral” e “narrativas de vida” dos entrevistados (MINAYO, 2016).

Além disso, foram utilizados equipamentos audiovisuais, como câmeras fotográficas e gravações das entrevistas, com o intuito de captar melhor a realidade local dos participantes da pesquisa.

A localização das áreas produtivas

O conjunto de hortas urbanas está situado nas proximidades do CEASA/PE, no bairro do Curado, parte da Região Metropolitana do Recife (RMR). Essas áreas estão localizadas em terrenos pertencentes ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT),

órgão vinculado ao atual Ministério da Infraestrutura do Governo Federal, conforme ilustrado na Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Hortas Urbanas próximas ao CEASA/PE



Fonte: Foto aérea por Edmilson Costa (2013).

As hortas estão localizadas às margens das rodovias federais e do anel rodoviário das BRs 101 e 232, com algumas delas situadas sob as redes de transmissão elétrica da CHESF.

No perímetro, além do CEASA e da CHESF, encontram-se o Hospital Pelópidas Silveira (HPS), o Hospital da Mulher do Recife (HMR), o Colégio Militar do Recife (CMR), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o DNIT, o batalhão militar do Exército Brasileiro e, um pouco mais afastados, o Hospital das Clínicas (HC/UFPE) e o Campus da UFPE.

Próximas às áreas produtivas, há importantes vias de acesso ao centro da cidade, como a Avenida Recife, a Avenida Engenheiro Abdias de Carvalho e a Avenida Caxangá. As rodovias federais também servem como pontos de integração para ônibus e metrô, conectando-se a terminais integrados, como os da Macaxeira, Barro, Caxangá e Camaragibe.

A escolha da área de horta a ser pesquisada

A pesquisa foi conduzida em várias áreas de hortas, selecionando aquelas que demonstraram maior produtividade. Os critérios para a escolha dessas áreas foram: i) uma boa interação com o(a) permissionário(a) durante a visita inicial, avaliando sua disposição e aceitação em colaborar com o estudo; ii) o tempo em que o(a) permissionário(a) e seus familiares estavam estabelecidos na região, exercendo a atividade agrícola; iii) a extensão da área e a diversidade das culturas cultivadas e, por fim, iv) a conexão do(a) permissionário(a) e sua família com o meio rural.

Aplicação das Técnicas e Ferramentas de Pesquisa no Campo de Estudo

Foram realizadas quinze visitas às hortas selecionadas para a coleta de informações. Durante essas visitas, a área produtiva foi inspecionada, observando-se os tipos de cultivos presentes, e foram coletados relatos breves sobre as atividades desenvolvidas no local. A proposta do estudo foi apresentada aos agricultores das hortas.

Em seguida, foram organizadas as ferramentas de pesquisa a serem utilizadas em campo. Um roteiro de entrevista semiestruturada e uma ficha de informações gerais foram elaborados.

Durante a pesquisa de campo, as ferramentas de investigação foram aplicadas, permitindo identificar o perfil dos(as) agricultores(as) que atuam nas hortas, além de coletar dados sobre aspectos socioeconômicos, como sexo, idade, escolaridade e ocupação, por meio de entrevistas. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas, e todas as falas desses encontros foram gravadas com equipamentos de áudio.

Além das visitas às hortas, também foram realizadas idas ao Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados de Pernambuco (SINDFRUTAS/PE) para obter esclarecimentos sobre a área de pesquisa, como a realização de cadastros dos(as) agricultores(as), o tamanho das áreas, registros fotográficos e a atualização de informações anteriores. Essas visitas proporcionaram uma compreensão mais aprofundada e uma melhor identificação dos(as) agricultores(as), permitindo analisar como suas trajetórias de vida foram construídas e como se estabeleceram no território, em harmonia com outros atores e instituições que interagem nesse espaço.

Resultados e discussão

O Projeto Integrado das Hortas Comunitárias foi estabelecido em 2008 e é administrado pelo CEASA/PE em colaboração com o Sindicato do Comércio de Hortifrutigranjeiros, Flores e Plantas do Estado de Pernambuco (SINDIFRUTAS). Essa parceria tem se dedicado à manutenção das infraestruturas de oito alças rodoviárias na BR-101 e BR-232, além do entorno do CEASA, abrangendo uma área de cerca de 80 hectares. A utilização dessas alças para a agricultura urbana surgiu após a desapropriação de ocupações irregulares na região. Muitas famílias que permaneceram nas proximidades enfrentavam vulnerabilidade social e tinham raízes rurais, levando à ideia de garantir uma fonte de renda por meio da produção de alimentos e contribuindo para a segurança alimentar.

As hortas urbanas oferecem alimentos frescos e de qualidade, promovendo uma dieta mais saudável para os consumidores. Segundo Delgado (2017), essas hortas “aumentam o acesso a alimentos frescos e nutrientes, têm impactos positivos na saúde dos consumidores, reduzem a dependência externa de alimentos, ajudam na geração de empregos sustentáveis e trazem benefícios para a paisagem”.

Atualmente, 89 agricultores estão cadastrados, sustentando suas famílias com uma variedade de hortaliças que são vendidas no CEASA, no local de produção ou consumidas diretamente. Além dos agricultores e suas famílias, o projeto beneficia pessoas que prestam serviços terceirizados a esses trabalhadores. A maioria dos produtores vem de municípios do interior de Pernambuco, destacando-se Vitória de Santo Antão, na Mata Norte do estado. Muitos desses agricultores deixaram suas terras em busca de oportunidades e encontraram,

na agricultura urbana, uma alternativa viável para garantir seu sustento. As imagens a seguir ilustram a agricultura urbana nas proximidades do CEASA-PE, às margens das rodovias federais (BR-101 e BR-232).

Figura 2 – AU no Recife: cultivo de quiabo no entorno do CEASA/PE



Fonte: Trabalho de campo. Acervo pessoal da pesquisadora (2024).

Figura 3 – AU no Recife: cultivo de macaxeira no entorno do CEASA/PE



Fonte: Trabalho de campo. Acervo pessoal da pesquisadora (2024).

Os cultivos nas hortas comunitárias têm como finalidade o consumo, doação e venda de excedentes. As atividades na horta acontecem diariamente, inclusive, nos feriados, e uma parte da produção é comercializada pelos próprios agricultores em diferentes espaços:

Internamente no CEASA, no galpão do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ou diretamente para outros comerciantes da instituição (atravessadores);

Externamente no CEASA, para motoristas que param eventualmente na rodovia, por encomenda ou em bairros próximos, como Jardim São Paulo e Engenho do Meio.

Existem áreas destinadas a sementeiras, beneficiamento e cultivo de hortaliças, além de espaços com problemas judiciais relacionados ao direito de posse da terra.

Durante as visitas de campo, foi possível conhecer a área da agricultora Cida. Para chegar a esse local, foi necessário percorrer, de carro, outras áreas de hortas geograficamente mais distantes do CEASA, com difícil acesso a pé. Ao longo do trajeto, foram repassadas informações sobre as dinâmicas desses respectivos locais.

Chegando à área produtiva de Dona Cida, verificou-se sua extensa área territorial e uma diversidade maior de culturas plantadas em comparação aos outros agricultores, incluindo tubérculos e raízes (macaxeira, inhame, batata doce), frutas e legumes (mamão, acerola, banana, graviola, tomate, entre outras), verduras, ervas e especiarias (capim santo, arruda, variedades de pimentas, bredo, cebolinho, coentro, etc.). Essa permissionária está no local desde 1978, sendo uma das mais antigas das áreas de plantio. Ela fundamenta sua participação contínua na horta pelo reconhecimento da injustiça na distribuição de alimentos tanto no Brasil quanto no mundo. Relata que já esteve em situação de vulnerabilidade social e, por ter vivenciado dificuldades de acesso aos alimentos, acredita que é capaz de contribuir com a multiplicação de conhecimento sobre agricultura urbana, evitando a dependência absoluta da agricultura convencional e da indústria alimentícia.

Além de Dona Cida, cerca de 30 agricultores foram entrevistados. Durante essas entrevistas, todos afirmaram receber assistência técnica do CEASA. As atividades de assistência técnica e extensão rural para o grupo de agricultores autônomos ao redor do CEASA/PE começaram em maio de 2013. Nesse período, foram realizados o I Encontro entre Agricultores Agroecológicos e Periurbanos no CEASA e a I Oficina sobre Agricultura Ecológica e Associativismo, além de práticas em campo para a produção de defensivos alternativos e biofertilizantes, criação de uma unidade experimental e o redesenho de algumas hortas.

A agricultura urbana, quando tecnicamente acompanhada, contribui para a segurança alimentar dos pequenos produtores dessas áreas, além de desenvolver atividades que geram emprego, renda e inserção na sociedade urbana de pessoas de cultura predominantemente rural.

A presença da assistência técnica no campo está diretamente relacionada ao aumento das atividades agrícolas, pois promove a interação entre produtores e técnicos, facilitando a inclusão dos agricultores em programas de políticas públicas e créditos rurais.

Conforme os dados coletados nas entrevistas, foram identificadas algumas dificuldades e tensões entre os agentes envolvidos, como a falta de infraestrutura e incentivos do Estado, que dificultam o acesso a serviços como energia elétrica e outros bens públicos. Além disso, os agricultores enfrentam insegurança, comum em várias áreas urbanas, mas intensificada pela ausência de policiamento e pela proximidade de rodovias federais. Produtos, utensílios e máquinas são frequentemente furtados durante a noite. A terra utilizada para a agricultura pertence ao Estado, sob a gestão de diferentes órgãos e departamentos, como o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), a Polícia Rodoviária Federal, a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e o Ministério do Exército.

Ainda com base nas entrevistas, a principal fonte de renda das famílias é a agricultura. Para se deslocar entre as alças, os agricultores utilizam trilhas de barro ou rodovias. Os resíduos da agricultura são reaproveitados como adubo orgânico, a água é obtida de poços artesianos, e a internet, quando disponível, é acessada por meio de dados móveis. Poucos agricultores utilizam transporte público municipal, preferindo carro de mão, bicicleta ou veículo próprio. Frequentemente, a construção de infraestrutura é financiada pelos próprios agricultores, o que dificulta a aquisição de implementos agrícolas, financiamentos e a instalação de energia elétrica.

De maneira geral, os entrevistados não enfrentam condições de fome. Tanto os produtores quanto os moradores próximos a essas áreas desfrutam de uma maior segurança alimentar, que está diretamente relacionada à produção de alimentos na área urbana. Por essa razão, existem diversos movimentos globais em prol do desenvolvimento da agricultura urbana (AU) como forma de promover a segurança alimentar entre a população carente.

Em Barcelona, foram realizados vários estudos que resultaram no lançamento do Programa de Hortas Comunitárias, além de 119 projetos voltados para a agricultura urbana e periurbana (AUP), com o objetivo de produzir alimentos frescos locais como estratégia para implementar políticas públicas alimentares e garantir a segurança e a soberania alimentar (AZEVEDO *et al.*, 2020).

A cidade de Rosário, na província de Santa Fé, Argentina, ganhou reconhecimento internacional por ser uma das maiores experiências de agricultura urbana bem-sucedidas da América Latina (REIJNTJES; WALSUM, 2018).

O Programa Hortas Cariocas (PHC), desenvolvido no Rio de Janeiro, tem como meta incentivar a criação de hortas urbanas comunitárias em áreas socioeconomicamente vulneráveis, gerando emprego e alimentos saudáveis a baixo custo, além de promover o desenvolvimento local por meio da capacitação da população (O'REILLY, 2014).

Outra pesquisa que destaca a AUP como alternativa para alcançar a segurança alimentar foi realizada por Vilela e Moraes (2015) em Teresina, onde a AUP conta com 48 hortas comunitárias que atendem famílias em situação de pobreza.

Conclusão

O estudo mostra que a agricultura urbana, por meio das hortas comunitárias ao redor do CEASA/PE, é uma alternativa viável para a mitigação da pobreza em razão das vantagens oferecidas pelo seu desenvolvimento. Essa atividade gera trabalho e renda pela venda dos produtos excedentes, incentiva a inclusão social e possibilita uma alimentação mais saudável. As hortas vêm buscando diminuir o uso de agrotóxicos, contribuindo para uma alimentação mais segura e de qualidade. Nesse processo, a assistência técnica tem sido essencial, apoiando os agricultores no seu crescimento e diversificação com sucesso.

O estudo atingiu seu objetivo de analisar oito hortas urbanas comunitárias integrantes de um projeto administrado pelo CEASA/PE em colaboração com o SINDIFRUTAS, tendo sido possível compreender a dinâmica do modelo proposto pelo projeto, seus reflexos na vida dos agricultores e as dificuldades e desafios enfrentados, como, por exemplo, a falta de infraestrutura e de incentivos por parte do Estado.

Isso evidenciou que, embora tenham ocorrido avanços durante o longo tempo de desenvolvimento do projeto de hortas urbanas, sugere-se a valorização e o desenvolvimento de uma política urbana que possibilite o compartilhamento dos serviços públicos e dos equipamentos coletivos, dando prioridade à elaboração e à execução de planos e estratégias que assegurem, de maneira justa e ética, a distribuição dos espaços urbanos. Dessa forma, a cidade se tornará um lugar inclusivo para toda a população, visto que é um espaço compartilhado por todos. As políticas públicas para o ambiente urbano devem enfrentar o desafio de promover a justiça social em um cenário marcado por desigualdades.

Referências

ANDRADE, M. C. **O Processo de Ocupação do Espaço Nordestino**. Recife: CONDEPE, 1976.

ANDRADE, M. C. **O Processo de Ocupação do Espaço Pernambucano**. Recife: CONDEPE, 1976.

ANDRADE, M. C. **Problemática de uma Metrópole de Região Subdesenvolvida**. Recife: UFPE, 1979.

ASTEP/SA, Engenheiros e Consultores. Relatório do Projeto de Execução da área de Intersecção ou Interconexão das Rodovias BR 101-232 e Avenidas Recife, no bairro do Curado (Acessos ao Centro – Porto do Recife). Recife: 1974.

AZEVEDO, F. F.; PERXACS, H.; ALIÓ, M. A. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator**, Fortaleza, v.19. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/wtNvrfqJPX8v9GTGt6P6qfS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10158/11742>. Acesso em: 10 set. 2025.

COSTA, E. M. P. **Expansão Urbana e Organização Espacial**. Recife: UFPE, 1982.

COUTINHO, C. N. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, cap. 5, p.173-200.

DELGADO, C. Agricultura Urbana, Alterações Climáticas e Cidade: um triângulo latente em que urge trabalhar. **Revista Quercus Ambiente**, 2017. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4169725/Delgado_C._2017._Agricultura_Urbana_Altera_es_Climaticas_e_Cidades._Um_triangulo_latente_em_que_urge_trabalhar..pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 14, de 08 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza (Constituição Federal – 1969). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>

br/atos/?tipo=LCP&numero=14&ano=1973&ato=f08ATTU5EenRVT49c. Acesso em: 10 set. 2025.

FERREIRA, R. J. **Agricultura na cidade do Recife-PE**: Complementaridades Rural-Urbanas e Dinâmica Espacial. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/6166/1/arquivo3472_1.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

FERREIRA, R. J. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas**: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10701/1/Tese%20Rubio%20Jose%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

GASPAR, L. M. Migrações Rurais e Crescimento Urbano. **Revista de Ciências Sociais: Universidade Federal do Ceará**, v. 1, n. 1, p. 124-135, 1970. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4471/1/1970_art_LMGaspar.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Brasília, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto (PIB)**. Brasília, 2015.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar n.º 382, de 09 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre a Região Metropolitana do Recife - RMR. Alepe Legis. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=382&complemento=0&ano=2018&tipo=&url=>. Acesso em: 10 set. 2025.

MACHADO, M. L. *et al.* Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, e00206716, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00206716>. Disponível em: 10 set. 2025.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p.289-300, 2004. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v30n02/v30n02a07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

MELO, M. L. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: O caso do Recife. Recife: UFPE, Departamento de Ciências Geográficas, 1978. 256 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. FAO. **Agricultura Urbana e Periurbana na América Latina e no Caribe: uma realidade**. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. FAO. La lucha contra el hambre y la pobreza. **Perspectivas económicas y sociales: informes de política**, Roma, n. 10, 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/4/al377s/al377s00.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

O'REILLY, E. M. **Agricultura urbana**: um estudo de caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos. 2014. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11920/1/monopoli10009377.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p.

PONTUAL, V. **Uma Cidade e Dois Prefeitos**: Narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2001.

REIJNTJES, C.; WALSUM, E. V. Aprender com as experiências é crucial para impulsionar a Agroecologia: pela democratização dos sistemas agroalimentares. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 40-43, 2018. Disponível em: https://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/46_47_Opiniao_Reijntjes.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, O. A. A. A Região Metropolitana do Recife e os desafios do planejamento urbano frente à crise ambiental contemporânea. **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 179-194, 2013. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339/854>. Acesso em: 10 set. 2025.

TEIXEIRA, J. C. A questão agrária no processo histórico brasileiro: breves considerações. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 13, p. 135-154, 1 maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/626/426>. Acesso em: 10 set. 2025.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/4986/3776>. Acesso em: 10 set. 2025.

VILELA, S. L. O., MORAES, M. D. C. Agricultura urbana e periurbana: limites e possibilidades de constituição de um sistema agroalimentar localizado no Município de Teresina - PI. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, n. 1. 2015. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.187>. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/187/165>. Acesso em: 10 set. 2025.